

tradução

TRADUÇÕES: A QUESTÃO DA ROMANIZAÇÃO DOS NOMES CHINESES E O USO DO PINYIN *

Maria Trigoso **

A IMPORTÂNCIA DO PINYIN

O *pinyin*, à letra (ou ao carácter), «transcrever som», é oficialmente lançado, em meados da década de 50, pelos dirigentes da RPC, como o sistema de escrita, em alfabeto romano, da língua oficial chinesa. Língua oficial, que, como se sabe, foi apelidada de «putonghua» («língua comum») e é baseada nos dialectos do Norte, falados por mais de 80 por cento da população do país. O *pinyin* sucede ao chamado «ladinhua» ou «*luomazi*», (à letra, língua latina ou escrita romanizada) que começa a ser proposta e implementada, logo nos anos 20, como alternativa democrática, em termos da necessidade de alfabetização, rápida e eficaz, das grandes massas. Objectivo impossível de alcançar com o sistema de escrita tradicional, cuja dificuldade e tempo de aprendizagem, diziam os defensores da romanização, sempre deixaram os caracteres como escrita apenas acessível a um grupo reduzido de letrados com erudição e vagares suficientes. O escritor Lu Xun foi, entre os intelectuais de então, um dos que mais se destacou na luta pela substituição dos caracteres por uma escrita alfabética. Foi um debate interessantíssimo, no qual participou o próprio Mao, que aliás chegou a afirmar, antes de 1949, a inevitabilidade futura, para a China moderna, da utilização duma escrita alfabética.

A chamada «*wenzi gaige*», (reforma dos caracteres escritos) que, ao mesmo tempo, lança o *pinyin* e a simplificação dos caracteres, fica muito aquém dos objectivos e propostas desse grupo de intelectuais, eventualmente tidos agora, como demasiado radicais, para uma época de

* Texto adaptado duma comunicação apresentada num Simpósio Internacional sobre Tradução e Interpretação, organizado em Macau, pela Escola de Línguas e Tradução do Instituto Politécnico de Macau a 5 de Junho de 1995.

** Assistente da Universidade de Macau.

consolidação do novo poder político. Mas ela marca a adopção do *pinyin*, na China, onde passa a ser ensinado, no primeiro ano da escola primária, a par dos caracteres. Para além da importância de que se reveste, na facilitação das relações com o exterior, nomeadamente, na utilidade que tem no ensino do chinês como língua estrangeira (tornando mais fácil a aprendizagem dos caracteres, cujo som representa com toda a fidelidade), o *pinyin* permite, a nível interno, por exemplo, a organização de dicionários por ordem alfabética. Tal como facilita a posterior aquisição de línguas ocidentais. Em resumo, *o pinyin* está hoje instalado na China, a par dos caracteres, e, tudo indica, para ficar. Se é para ficar ao lado, ou no lugar, dos caracteres, parece ser uma questão em aberto. O debate iniciado no princípio do século, sobre a escrita que mais convém à China do futuro, não terá parado, na RPC, ainda que se verifique, agora, a outro nível menos exposto.

SISTEMAS ANTERIORES DE ROMANIZAÇÃO

Na linguística tradicional chinesa (milénar, claro, ou não estivéssemos na China) falava-se e estudava-se, sobretudo reproduzia-se, por escrito, a pronúncia dos caracteres, recorrendo à pronúncia de outros. Qualquer coisa como se nós, para reproduzir, por escrito a desconhecida pronúncia da palavra escrita «tão» escrevêssemos assim: lê-se com a parte inicial da sílaba «tal» e com a parte final da sílaba «mão». Era um sistema, destinado óbvia e exclusivamente a uso interno, isto é, a falantes nativos, que conheciam o valor sonoro dos caracteres, cujas partes, eram assim, susceptíveis de ser usadas como símbolos fonéticos. Não sendo muito rigoroso, serviu para os estudos da Fonologia tradicional chinesa.

Neste contexto, são, evidentemente, os estrangeiros, que, querendo aprender a língua, ou por necessitarem de reproduzir os sons chineses, nas escritas das suas línguas, criam os primeiros sistemas de romanização. Entre os mais de duas dezenas existentes no mundo, os mais conhecidos e ainda em uso, no Ocidente, são o de Yale, Wade-Gilles e o da Escola Francesa do Extremo-Oriente. Foram eles que, pela primeira vez, apresentaram, de forma sistemática, a fonética da língua chinesa, a que chamavam mandarim, no Ocidente.

Tanto o sistema de romanização começado a usar anos 20, como o *pinyin* depois, apresentam a diferença, face aos sistemas anteriores, de terem sido criados pelos próprios chineses. Aparentemente pequena, a diferença revela-se enorme, uma vez que, sobretudo *no pinyin*, aparece pela primeira vez, um sistema que, por ser de criação nativa, visa colocar-se acima das particularidades fonéticas das várias línguas euro-peias. Por outro lado, tendo sido elaborado por linguistas com formação teórica, tanto a nível da História da língua chinesa e da Linguística tradicional chinesa, como da linguística ocidental, é um sistema cujas opções práticas (visam a escrita da língua, recorde-se) assentam em tomadas de posição e definições teóricas mais adaptadas à estrutura da língua chinesa. Algumas delas feitas pela primeira vez, de dentro do

próprio sistema linguístico chinês. É o caso da determinação do que é palavra, logo que sílabas é que devem aparecer juntas, na escrita do *pinyin*, situação que a escrita tradicional não colocava — cada carácter se escrevendo de per si, todos a igual distância uns dos outros.

Descontando a má língua de alguns sinólogos ocidentais, acusando o *pinyin* de ter sido influenciado pela fonética russa, pelo apoio dado por linguistas soviéticos à sua elaboração, dizem reputados e insuspeitos sinólogos ocidentais que o *pinyin* é, entre os vários sistemas de romanização, o mais sólido, do ponto de vista teórico, e o mais económico e fácil, do ponto de vista prático. Tanto no que se refere à aprendizagem como à utilização.

O PINYIN COMO ROMANIZAÇÃO DO PUTONGHUA

Não fora a diversidade dialectal da China e a questão poderia estar resolvida, pelo menos no interior do país.

A invenção de Taiwan —, onde a língua oficial, conhecida pelo nacionalista nome de «guoyu», (língua nacional) designa a mesma língua conhecida pelo nome socialista «putonghua», («língua cumunal») — dos seus próprios símbolos fonéticos, o «*zhuyin fuhao*», (mais conhecido por «popofomo», de clara inspiração japonesa), não parece ter grande futuro. Na verdade trata-se duma complicação acrescida, pois os símbolos fonéticos, destinados a representar sílabas, são constituídos por traços dos caracteres chineses.

A verdade é outra, porém, pois como é do conhecimento geral, a China é um país de muitos dialectos (e subdialectos) entre os quais, as diferenças fonéticas são, por vezes, tão acentuadas, que a comunicação não é de todo possível. E, se essa situação linguística nunca constitui ameaça à unidade da língua, foi porque lá estava sempre, a língua escrita, a desempenhar o papel de verdadeira língua nacional. Enfim, sempre desde que, no século III a.C., a reforma ortográfica do primeiro imperador Qin, unificou, além do país, a escrita dos caracteres.

Ora, qualquer sistema de romanização (excepção feita à invenção, ou miragem, do falecido padre Guerra, que se pretendia legível por qualquer dialecto chinês) será sempre e só aplicável a uma das oito grandes línguas chinesas. A admissão da inexistência de algo que possamos designar por «língua chinesa» coloca questões que vão muito além do domínio da ciência da linguística. O contrário se passa, a nível da escrita por caracteres, domínio inocente, partilhado por todos os dialectos, mas sem ser, verdadeiramente, propriedade particular de nenhum.

Olhemos mais de perto para essa língua escrita. Uma coisa é o facto de se ter consciência (e de defender com frequência, a necessidade de combater o mito ideográfico) uma vez que a escrita chinesa, como qualquer outra escrita de línguas humanas, assenta numa base fonética. Outra coisa, mas não contraditória com a primeira, é o reconhecer, na escrita por caracteres, a particularidade de se deixar ler de múltiplas

maneiras, ou por muitos sistemas fonético-fonológicos. Não sendo a língua lógica, universal, que Leibniz, por exemplo, sonhou encontrar (é evidente que, sendo a escrita de línguas orais, não é uma escrita muda), a escrita chinesa por caracteres, exactamente pelo excesso sonoro, que lhe advém da sua base fonética múltipla, constitui-se, também, mais do que, como um sistema de leitura como um sistema virtual de leituras. Actualizável pelos diferentes grupos de leitores-falantes.

No que a Macau diz respeito, em termos práticos de tradução, poderíamos resumir assim: um texto «escrito em *putonghua*» pode ser traduzido para português, por um tradutor de Macau, falante de cantonês, que não saiba uma palavra de *putonghua*. O que o tradutor faz é ler o texto, na «sua» língua chinesa, dela o traduzindo, directamente, para o português.

Há sempre um «mas». Não fora a resistência oposta pelos nomes das pessoas e dos lugares a questão do *pinyin*, nem sequer se punha, a nível das traduções. Há contudo, a resistência dos nomes à tradução. Perante eles, o tradutor só tem duas alternativas: ou se deixa cair no absurdo (e absurdo não quer dizer, sem Macau, impossível, ou não visto), de traduzir coisas intraduzíveis, ou de tradução já cunhada. É o caso real da rapariga, chamada pelos colegas portugueses, por Cheirosa. Ou o da explicação escrita, de «Faguo», França, por «País da Lei». Os dois casos só podem acontecer pelo facto de, todos os caracteres chineses, tendo conteúdo semântico, deixarem «ler» o seu significado, mesmo quando se trata, como no caso de «Faguo», de significantes tornados semanticamente vazios, ao serem escolhidos para representar uma pronúncia. Estou em crer que, subjacente à concepção gráfica do conhecido manual de ensino do português, justamente conhecido entre os chineses e portugueses, por «livro das uvas» (capa cheia de uvas), está uma espécie de tradução, do género, do nome chinês, Putaoya (Portugal). Constituído por três caracteres, para reproduzir, foneticamente, as três sílabas, «pu» (por), «tao» (tu) e «ya» ou eventualmente a fonética do cantonês mais próximo do nosso «gal» (gal), os dois primeiros são, na língua, palavra, «putao», com o significado de «uva», e o terceiro, um morfema com o significado de «dente». Fomentada aliás, pelos próprios chineses, que muitas vezes se encarregam de fornecer os significados de significantes tornados vazios, a associação é lógica, se pensarmos em Portugal como o país do vinho. É claro que depois haveria que explicar o «dente», obviamente dispensável para a actividade de beber...

A outra alternativa, felizmente já praticamente generalizada, é a da transliteração, romanizada, dos sons do chinês. Indispensável, está visto, quando se trata de nome não existente, como tal, na língua-cultura portuguesa. Ora, a tradução de qualquer texto chinês, nem que mais não seja para situar o autor do texto e o local da sua produção, coloca-nos sempre perante a necessidade da transliteração. Isso significa, concretamente, a inevitabilidade do ter de escolher UMA língua chinesa (o que pode ser entendido, em Macau, como «contra» OUTRA).

Só posteriormente a essa primeira escolha, de ordem política, afectiva, social, etc., vem a escolha linguística, decorrente da primeira, sobre o sistema de transcrição fonética a usar — os do *putonghua* ou do *guandonghua*.

Os departamentos da administração (além de traduzida, a sociedade de Macau, é também uma sociedade administrativa, por excelência), terá decretado, mais ou menos oficialmente, o *pinyin*, o que é dizer, optou pela fonética do *putonghua*.

Os tradutores, são porém, na sua esmagadora maioria, falantes de cantonês, que, ou não aprenderam, formalmente, o *putonghua*, ou, muito justamente, não o aprenderam como língua estrangeira, isto é, não tiveram, porque não precisavam, de chegar aos caracteres por via do *pinyin*. Num ou noutro caso desconhecem-no enquanto sistema ou têm dele uma vaga ideia.

Constatando esta dificuldade, terá havido departamentos que, certamente com a melhor das intenções, forneceram o que chamam de «regulamentos para a transcrição fonética». Não sendo o objectivo deste trabalho o *pinyin* em si, não me vou demorar a analisar a impossibilidade

Conjunto de regras, destinado a regularizar a utilização oficial do *pinyin*, na romanização da escrita chinesa

QUADRO N. °1

1. All transcription phonetics should follow the Beijing Pinyin System.
2. Group syllables into phrases (fanguan 法官)
3. If the connection between each character is not so explicit, a «-» is used to join them to make a phrase (haohao-xiansheng 好好先生)
4. A «`» is used when the first and the following syllable end/begins with a vowel (mu `ou 木偶)
5. A «'» is also used when the first syllable ends with «n» or «ng» and the following syllable begins with a vowel (en `ai 恩愛 ming `e 名額)
6. All proper nouns begin with a capital letter.
7. All proper nouns are divided into two parts, one for the family name and the other for the given or proper names. (Liu Minzhong 劉敏中)
8. The names of countries are joined together (Beijing 北京)
9. A «//» means that we can put anything between these syllables. (Kan // jian 看見)
10. If syllables are added between « / / » the transcription needs to be written separately. (kan bu jian 看不見)
11. If no syllable is added between « // » the transcription needs to be joined together. (kanjian 看見)
12. « . » symbol refers to light sound (zhuo.zi 桌子)

de «ensinar» ou «regular» a escrita do *pinyin*, através do fornecimento de algumas regras, susceptíveis de serem fotocopiadas e distribuídas. Isto é, sem que as pessoas que vão usar as regras, conheçam previamente o sistema linguístico, isto é, a fonética e a morfologia do *putonghua*. Nem falarei nos verdadeiros disparates linguísticos, e não só... que se verificam no conjunto de regras publicado no Quadro n.º 1. Apenas quero acentuar que, aos tradutores chineses de Macau, que não aprende-ram *putonghua nem pinyin*, esta dúzia de instruções, mesmo que eventualmente tornadas mais rigorosas, de nada serve. Os poucos que aprenderam, não precisam delas para nada. Os que não aprenderam, não aprendem a língua, nem a sua escrita em doze ou vinte e quatro regras e sem contexto.

UM EXERCÍCIO PRÁTICO DE ROMANIZAÇÃO

Como sempre não é culpa de ninguém. Nem de quem manda fazer o regulamento, que obviamente não o queria absurdo, nem de quem o fez, que genuinamente terá feito o melhor que sabia. Muito menos dos tradutores, oficialmente obrigados a usar um sistema fonético, que não é o da sua língua e que ninguém se terá lembrado de lhes ensinar.

Façamos o exercício de tentar resolver a transcrição fonética dos dois caracteres da palavra «Macau», em função dos referidos regulamentos.

Percorramos, passo a passo, a via sacra do tradutor. Primeiro vêm as opções linguísticas, que assentam em escolhas de ordem cultural e política. Existindo em português a palavra Macau, ele pode traduzir os dois caracteres, descontraidamente, por «Macau». Mas, também pode, forçando a nota bairrista, ou a nota nacionalista, preferir usar, no texto português, a transcrição do *guandonghua*, OUMUN, ou do *putonghua* AOMEN. O regulamento nada lhe diz sobre a maneira de transcrever o som vocálico do primeiro carácter, que, pela fonética do português pode ser com «o» ou com «u». Nem do segundo, que pode ser com «a» ou com «e».

E o calvário continua, sem que ele possa lavar, ainda; as suas mãos. A reprodução gráfica das duas sílabas-caracteres, sempre separadas, em chinês, pode, em português, ser feita com as sílabas juntas ou separadas. Outra decisão que está longe de ser inocente, a nível da morfologia do *putonghua*. Em casos destes (e há-os bem complicados) o tradutor, que não é obrigado a ter formação linguística, vê-se forçado a decidir sobre o que é, contra o que não é «palavra», conceito que em chinês é particularmente difícil de determinar. Mas, neste caso, o ponto 8 das regulações, por mais desajeitada que seja a sua formulação, pode ajudá-lo, ao afirmar que «os nomes dos países são juntos». Isto se ele for suficientemente astuto para perceber, através do exemplo dado de «país» — Beijing! — que não são os nomes dos «países», que tem de juntar, mas as sílabas que constituem os seus nomes.

Outro caso, agora com o nome duma pessoa.

Uma personagem real, e bem ilustre, recebeu, à nascença, em Macau, o nome de Kai Cheong. E é engraçado, como, sendo este um texto em escrita alfabética, ao escrever estas duas sílabas, não pude fugir a tomar todas as decisões de que falei para trás. Que oralmente podem, em parte, ser escamoteadas. Dois caracteres-sílabas, que os seus pais, ao registarem o filho, no departamento administrativo adequado, tiveram de escrever em alfabeto romano, ou pedir a alguém para. Quem quer que os tenha escrito, fê-lo à moda de Cantão, isto é duas sílabas separadas. O nome de família era Fok. Pelo que a pessoa adquiriu o nome Fok Kai Cheong, na ordem chinesa, primeiro o apelido, quase sempre monossilábico, depois o nome, geralmente dissilábico.

Com esse nome, o historiador e professor Fok, fez a sua carreira universitária, em Hong Kong e na América. Não sei de quando data a passagem do seu nome, para K. C. Fok, nem interessa. A verdade é que é uma primeira alteração, obviamente aceite, senão promovida, pelo próprio, e que visa claramente facilitar a circulação do seu nome no seio do sistema ocidental de nomes, cuja ordem é inversa à chinesa.

Como é que o tradutor de Macau transcreve os três caracteres do nome em questão? Se souber de quem se trata, e havendo já na cultura portuguesa de Macau, o significante «Fok», que muitos conhecem, com as várias especificações de «professor», «historiador», etc., ele escreve-rá, com à vontade, FOK. Se desconhecer a personagem e o conhecimen-to que a comunidade portuguesa tem dela, pode, para ser hiper oficial, e/ou nacionalista, seguir o *pinyin*, logo optando pelo som *doputonghua*. Escreverá então «Huo», assim conseguindo que nenhum português, e poucos chineses, reconheçam a personagem em questão.

Os compromissos não são possíveis. Se, por bairrismo ou por sensatez, optar pela fonética do cantonês, não pode usar o *pinyin* para a transcrever, pois no *putonghua* não existe a sílaba «fok», caídas que foram, nos dialectos do Norte, as antigas consoantes finais p, t, k, (mas que se mantiveram em cantonês).

Resta-lhe uma transcrição fonética de tipo pessoal, ou de tradição local, neste caso coincidente com a grafia usada pelo próprio. De qualquer modo, nesta estação, já infringiu, por duas vezes, as normas oficiais, nomeadamente a regra número 1 dos regulamentos que decreta que «todas as transcrições fonéticas têm de seguir o sistema *pinyin* de Beijing». Passa agora, e nós com ele, para o seguinte — o que fazer com as duas sílabas do nome próprio, que o *pinyin* o obriga a juntar, e a tradição local, bem como a realidade do nome da pessoa real, lhe sugere separar? Se segue a regra número 7, tem de as ligar, entrando em contradição gráfica com o espírito e a letra, cantonenses, do nome. Se as separa, além de infringir a regra número 7, faz, por exemplo, o glossário dum artigo, contradizer-se entre si, apresentando uns nomes chineses transcritos duma maneira, outros doutra.

Interrogados, a este respeito, os tradutores de Macau, dão respos-tas, sobretudo pragmáticas. Afirmam seguir o *pinyin* para os nomes «da China» e o «sistema» local para os nomes de Macau. E uma regra de uso

local, de tipo *ad hoc*, mas que em termos práticos, e sobretudo, nas traduções administrativas (o pior são as outras), lá vai funcionando no seu objectivo de dar a conhecer quem é quem. Desde que, é claro, o tradutor conheça, à partida, a nacionalidade do traduzido. É outra actualização da fórmula de Macau (o nome do Prof. Fok bem que está presente, no espírito e na letra, deste trabalho...) E do princípio chinês «uma tradução, dois sistemas (de transcrições)».

Funciona quase sempre, excepto perante chineses ultramarinos, por exemplo, de nacionalidade conhecida, mas de língua materna desconhecida (sabe-se lá se são chineses-americanos de língua do Norte ou do Sul), ou personagens históricas ocidentais, citadas em textos chineses, apenas pelos nomes chineses que receberam (sabe-se lá, nalguns casos, se o baptismo decorreu no Sul ou no Norte), com os quais o impasse é de regra.

DIFICULDADES DE NATUREZA DIFERENTE

Podemos então sistematizar as dificuldades do tradutor de Macau. São elas de duas espécies. A uma, apetecia-me dizer, fundamental, opõe-se outra, de estatuto muito diferente, e de fácil resolução, pois é, apenas, da ordem da aprendizagem. Ao contrário da primeira, sentida por todos quantos traduzem do chinês para o português, sejam macaenses chineses ou macaenses portugueses, a segunda é sentida, quase só, pelos tradutores chineses.

Ao contrário do que se passa na RPC, onde as crianças antes, ou ao mesmo tempo em que aprendem os caracteres, são, literalmente «alfabetizadas», aprendendo a escrever *pinyin*, em Macau, fazendo-se a escolaridade em cantonês, as crianças não têm qualquer contacto com o alfabeto aplicado à língua oficial chinesa. A passagem, enquanto alunos universitários, pela RPC, ou por Taiwan, em nada os ajuda neste domínio, a não ser que a sua licenciatura seja em Língua Chinesa. O sistema da escrita é por caracteres, eles apenas aprendem a falar *putonghua*, mas nada lhes é ensinado de *pinyin*, totalmente desnecessário, aliás, para os estudos que estão a efectuar.

Diferente é o percurso dos macaenses portugueses, que apenas falando e não escrevendo o chinês cantonês, são forçados a aprender o *putonghua* falado e escrito. Aprendizagem da escrita que é paralela à do *pinyin*. E assim, o que parecia ser, à partida, um *handicap*, por parte dos tradutores macaenses portugueses (não saberem ler chinês) acaba por se transformar numa vantagem, face aos tradutores macaenses chineses.

Fiz este ano várias experiências com duas turmas, uma de macaenses chineses e outra de macaenses portugueses, de nível português idêntico. Enquanto que as traduções dos alunos macaenses portugueses, seguiam todas o sistema oficial do *pinyin*, e faziam-no sem erros (só num caso, um aluno trocou um Guang (certo) por Kuang (errado), as versões dos alunos chineses apresentavam as mais variadas flutuações na grafia dos mesmos nomes.

Apenas alguns exemplos, dum dos trabalhos, feitos na turma dos chineses — uma tradução dum jornal da RPC, sobre o declínio do ensino da cultura tradicional. O nome de Confúcio aparece em três versões: *a*) «traduzido» para português, o que demonstra um bom conhecimento da língua-cultura portuguesa; *b*) talvez como fenómeno de hipercorreção, romanizado, correctamente em *pinyin*, como *Kong Zi*, mas sem nota do tradutor a dizer de quem se trata, indispensável, uma vez que, devolvido à sua realidade própria de *Kong Zi*, Confúcio não será reconhecido pelos portugueses; *c*) romanizado por *Hong Chi*, uma fonética decerto local, que não segue nem o *pinyin*, nem o português, nem explica de quem se trata.

Temos depois o outro nome de Confúcio, ora correctamente escrito, em *pinyin*, *Qiu*», ora transcrito por *Iao*». E um terceiro nome, da mesma personagem, distribuído por *Chong Ni*, *Chong Nei*, *Chong Lei*, *Chong Nei* e *Chuong Lai*».

O pensador *Wang Yangming* ora é transcrito por *Wong Yang Ming* semi-correcto, ora por *Wong Jeong Meng*, incorrecto, face à norma do *pinyin*, eventualmente correcto pela tradição local. O filósofo *Zhu Xi* oscila entre *Zhu Zi* e *Chu Hei*, a primeira forma, também quer *ser pinyin* mas erra numa consoante, a segunda, forma claramente local.

Não vale a pena continuar, o esquema é sempre este, uma tentativa de seguir o *pinyin*, com sucesso, ou falhada, ou a romanização pelos sons do cantonês, com o que isso implica de flutuantes grafias.

Os textos chineses, quer da história, propriamente dita, quer da história dos outros campos do saber, nomeadamente da literatura, apresentam já dificuldades terríveis, para o ocidental, forçado a descobrir, a cada momento quem é quem — no emaranhado de nomes, característico duma cultura em que era tradicional as pessoas, especialmente os letrados, acumularem nomes sobre nomes, tanto em vida como depois de mortos. Se, as traduções, em vez de ajudarem a aclarar, ainda voltarem a rebaptizar as personagens, o labirinto será total.

A mesma questão pode ser vista ao contrário. Em artigos escritos por ocidentais, não sinólogos, e sem conhecimentos da língua chinesa, aparecem frequentes deturpações nos nomes de lugares, fontes e autores chineses (às vezes já citações de citações). O que dá decerto, as maiores das dores de cabeça ao tradutor de português para chinês. Estou mesmo em crer que, nalguns casos limite, os tradutores não sabem, sequer, que local ou que personagem chineses, estão a ser referidos no texto ocidental (eventualmente o mesmo se tendo passado com o escritor do texto...) E, quando não têm a possibilidade de os descobrir, perdido que foi o seu rasto original, na floresta de enganos que constitui grande parte do *corpus* das nossas traduções duma língua para outra, ou omitem aquela parte do texto, ou escolhem, *ad hoc*, caracteres que lhes pareçam soar como aparece escrito em português. A escolha é feita, as mais das vezes, em função dum sistema de sons B, quando o nome ocidental terá sido transcrito em função do sistema de sons A.

CONCLUSÃO

Parece um panorama muito negro. Talvez seja exagero. A gente lá se vai entendendo. Gosto de contar, a respeito da sociedade mal-traduzida que Macau é, a história dum amigo encantado com o nome da rua em que acabara de comprar uma simpática casa chinesa — Travessa das Bruxas, na Taipa. A quem desmanchei o prazer, ao traduzir, por Travessa das Fadas, os caracteres chineses escritos ao lado das letras que diziam Travessa das Bruxas. A verdade é que as duas versões, ainda que, em certa medida, totalmente opostas, são complementares, partilhando, de resto, o terreno comum do sobrenatural. Será talvez no registo do surrealismo, que se terão feito alguns dos pontuais encontros entre as duas comunidades, sempre por via das traduções, em Macau.

A verdade é que para a maioria dos que, até agora, têm tido a responsabilidade dos mandos vários (quer administrativos quer culturais) tudo isto foi, e é, realmente, chinês. E difícil seria que fosse de outra maneira, sendo a realidade apenas aquilo que é, e não o que desejaríamos que fosse. No entanto, o que os tempos mudam, é, sobretudo, a realidade. Das pessoas e das coisas. E assim, está agora, pela primeira vez à vista, a fase em que começa a ser possível (im)pôr alguma ordem e funcionar com maior rigor.

Penso que quem lida diariamente com os actuais e futuros tradutores de Macau, seja pela via do português-chinês, seja pela via só do português, deve alertá-los para a necessidade do uso do *pinyin*. Para a importância da sua aprendizagem, sem complexos nem bairrismos inúteis face ao cantonês, que tem a sua vitalidade própria e não será ameaçado pela transcrição romanizada dos nomes das pessoas e dos lugares, no sistema de romanização da língua oficial chinesa. Devemos chamar a atenção dos alunos chineses, que é do seu interesse, como é do interesse de Macau, exigirem que ele lhes seja ensinado.

É um ponto pequeno, decerto. Face à falta de bons dicionários, de boas gramáticas, e de outras bondades. Mas pelo menos, perante essas grandes questões, esta, do uso do *pinyin*, tem a vantagem de ser, em parte, de fácil e rápida resolução. Basta querermos.